

Do “não ousem contestar” ao “cala a boca!”: efeitos de sentido do discurso autoritário

Fábio Jesus Esteves*

Sóstenes Ericson Vicente da Silva**

Não há dominação sem resistência: primado prático da luta de classes, que significa que é preciso ‘ousar se revoltar’.
(Michel Pêcheux, Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio, 2014.)

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar os efeitos de sentido decorrentes dos pronunciamentos à imprensa, do Presidente da República do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, considerando os processos de constituição e circulação de sentidos do discurso autoritário. Foram mobilizados os dispositivos teórico-analíticos formulados por Michel Pêcheux. A análise das sequências discursivas permitiu compreender a filiação do presidente Jair Bolsonaro ao discurso autoritário, além da constituição, formulação e circulação de sentidos na imprensa, que contribuem para reforçar a imagem de autoritarismo.

Palavras-chave: Discurso autoritário. Efeitos de sentido. Silenciamento. Censura.

Abstract: This article aims to analyze the effects of meaning resulting from statements to the press by the President of the Republic of Brazil, Jair Messias Bolsonaro, considering the processes of constitution and circulation of meanings in authoritarian discourse. The theoretical-analytical devices formulated by Michel Pêcheux were mobilized. The analysis of the discursive sequences allowed us to understand the affiliation of president Jair Bolsonaro to the authoritarian discourse, in addition to the constitution, formulation and circulation of meanings in the press, which contribute to reinforcing the image of authoritarianism.

Keywords: Authoritative speech. Meaning effects. Silencing. Censorship.

Résumé: Cet article vise à analyser les effets de sens résultant des déclarations à la presse du président de la République du Brésil, Jair Messias Bolsonaro, en considérant les processus de constitution et de circulation des sens dans le discours autoritaire. Les dispositifs théorico-

* Mestrando em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Membro do Grupo de Estudo em Análise do Discurso - GrAD (UFAL) e advogado inscrito na OAB/AL sob o nº 16590. <https://orcid.org/0000-0003-2922-2849> / E-mail: fabiojesteves@gmail.com

** Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professor do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGL/UFAL) com Pós-Doutorado em Linguística pela Universidade de Campinas (UNICAMP). <https://orcid.org/0000-0003-0905-1376> / E-mail: sericson1@hotmail.com



analytiques formulés par Michel Pêcheux ont été mobilisés. L'analyse des séquences discursives nous a permis de comprendre l'affiliation du président Jair Bolsonaro au discours autoritaire, en plus de la constitution, la formulation et la circulation des sens dans la presse, qui contribuent à renforcer l'image de l'autoritarisme.

Mots clés: Discours autoritaire. Effets de sens. Silence. La censure.

Sobre dominação e discurso autoritário: uma introdução

Apesar de nos situarmos no “fogo cruzado” da resistência, razão pela qual trouxemos a epígrafe que abre este trabalho, a dominação será nosso ponto de partida. Em 2018, Jair Messias Bolsonaro venceu o segundo turno da eleição presidencial no Brasil, com 55,13% dos votos válidos¹, e tomou posse em 01 de janeiro de 2019, como o 38º presidente da República Federativa do Brasil. Consideramos importante destacar a República Federativa, pois é a partir desse espaço – político, jurídico e social – que realizamos as análises e buscamos compreender os efeitos de sentido do discurso autoritário.

Com o apoio do setor conservador/liberal e defendendo pautas radicais como, por exemplo, a pauta armamentista, Jair Bolsonaro foi eleito com uma quantidade expressiva de votos, o que aponta para um crescimento do conservadorismo no país, razão pela qual, ao analisarmos as sequências discursivas (doravante SDs) formuladas a partir dos seus pronunciamentos, procuramos identificar elementos de saber de viés conservador, para então chegarmos aos efeitos do interdiscurso em funcionamento.

Ao falar sobre “interdiscurso”, Pêcheux trata daquilo que já está posto, qual seja, do que já foi dito; cabendo ao sujeito-falante, não compreendendo a falta de autonomia naquilo em que pensa dominar, submeter-se à contradição:

[...] propomos chamar interdiscurso a esse “todo complexo com dominante” das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 2014, p. 149).

¹ Disponível em: tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/eleicoes-2018-justica-eleitoral-conclui-totalizacao-dos-votos-do-segundo-turno. Acesso em: 15 jun. 2021.

Com base nesses pressupostos, o presente artigo não tem a pretensão de analisar as falas do sujeito empírico Jair Bolsonaro, mas sim mobilizar os dispositivos teóricos formulados por Michel Pêcheux, para analisar SD extraídas de pronunciamentos do referido presidente, pondo em relevo a noção de posição-sujeito no discurso de cariz autoritário.

Ao analisarmos a figura do presidente da República, tendo em conta a noção de sujeito discursivo, nos afastamos de uma possibilidade de análise centrada na subjetividade e singularizada. Isto porque, no sujeito empírico, mesmo que se pense ter controle e autonomia daquilo que se diz, há um esquecimento de sua subordinação, o que Pêcheux chamou de esquecimento nº 1, ao afirmar que este: “[...], dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina.” (PÊCHEUX, 2014, p. 162).

É por esta via que consideramos haver uma formação discursiva (FD) que domina o sujeito (PÊCHEUX, 2014), não sendo possível ao “sujeito-falante” (PÊCHEUX, 2014, p. 162) se notar fora de determinada FD. Ao analisar os conceitos de Pêcheux, Noronha (2020, p. 32) afirma que “os sujeitos não têm ‘controle’ sobre o que dizem e nem são origem do dizer; eles ocupam diferentes posições a partir das diferentes FDs em que se inscrevem.”.

Desse modo, assumindo a tese althusseriana, Pêcheux (2014) entende que, para se tornar sujeito, o indivíduo é interpelado pela ideologia, sendo importante, então, considerar como a ideologia funciona para fornecer realidades próprias a cada sujeito:

o funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do *interdiscurso* intrincado nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade”. (PÊCHEUX, 2014, p. 149, grifo do autor).

Retomando a relação constitutiva do par dominação–resistência, daremos realce a dizeres que apontam a tensão presente em enunciados do atual presidente do país, pondo em relevo os elementos linguístico-discursivos que são mobilizados pela posição-sujeito do discurso autoritário para fazer calar os seus opositores pela força do grito. Para

Schwarcz (2019, p. 181), “o autoritarismo representa o antônimo da democracia”, sendo, no Brasil, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Constituição de 1988), com o exercício da democracia de 1988 em diante, um importante marco para a solidificação das instituições, mesmo estas não funcionando perfeitamente bem (SCHWARCZ, 2019).

Vejamos que, no Capítulo V da Constituição de 1988, que trata sobre a Comunicação Social, o artigo 220 normatiza que “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”, sendo “vedada toda e qualquer *censura* de natureza política, ideológica e artística” (art. 220, § 2º, grifo nosso). Ainda na Constituição de 1988, encontramos no artigo 5º, inciso IV que “*é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.*” (grifos nossos), e no inciso IX que “*é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.*” (grifos nossos).

A menção à Constituição de 1988, aqui tem a ver com o processo democrático que instituiu um Estado Democrático no Brasil, através da Assembleia Nacional Constituinte². Desse modo, atitudes que vão de encontro à Constituição de 1988 desrespeitam não somente as normas ali encontradas, mas principalmente todo o povo que as instituiu. É o que daremos a ver a seguir.

“Não ousem contestar”: o silenciamento do outro no discurso

² Preâmbulo da Constituição de 1988: “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL”.

Em 31 de dezembro de 2019, a China enviou um comunicado oficial à Organização Mundial da Saúde (OMS), para alertar sobre um surto de pneumonia com causa desconhecida³. Posteriormente, em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto, do agora identificado novo coronavírus, fora classificado como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), sendo este o último e mais grave nível de alerta, conforme o Regulamento Sanitário Internacional. No dia 26 de fevereiro de 2020, o Brasil identificou o primeiro caso de infecção por Covid-19⁴ e, em março de 2020, a OMS caracterizou, a agora chamada Covid-19, como uma pandemia⁵.

Esta é uma breve linha do tempo formulada para recuperar o curso da pandemia de Covid-19, aspecto necessário para o entendimento das condições objetivas que estão em funcionamento no discurso em análise, tendo em conta que para uma abordagem materialista, “a produção econômica e a *estrutura social* que necessariamente decorre dela constituem em cada época histórica a *base* da história política e intelectual *dessa época* [...]” (MARX; ENGELS, 2001, p. 41, grifos nossos).

A discussão sobre as medidas para combater a referida pandemia, ocorre de forma não amistosa entre o governo federal e os governos estaduais/municipais. Para sanar a situação, o Supremo Tribunal Federal (STF) foi acionado e, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6343, decidiu que, dentro de suas competências e territórios, Estados e Municípios podem adotar medidas para a restrição de locomoção local e intermunicipal⁶.

Compreendendo que a formulação das condições de produção do discurso é mais do que contextualizar uma situação, uma vez que “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas” (PÊCHEUX, [1969] 1990, p. 77), é importante retomar as concepções de *assujeitamento* e interdiscurso:

³ Informação oficial da Organização Mundial da Saúde. Disponível em: <https://twitter.com/who/status/1213795226072109058>. Acesso em: 21 jun. 2021.

⁴ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-02/primeiro-caso-de-covid-19-no-brasil-completa-um-ano>. Acesso em: 21 jun. 2021.

⁵ Fonte: Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS). Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 21 jun. 2021.

⁶ ADI 6343 na íntegra disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5881008>. Acesso em: 21 jun. 2021.

[...] o *interdiscurso enquanto discurso-transverso* atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo *interdiscurso enquanto pré-construído*, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita. (PÊCHEUX, 2014, p. 154, grifos do autor).

Assim, o sujeito se identifica com a formação discursiva, absorvendo e esquecendo o interdiscurso em seu intradiscurso, é o que Pêcheux (2014, p. 154, grifos do autor) chama de “forma-sujeito”, que “*simula o interdiscurso no intradiscurso*, de modo que o interdiscurso *aparece* como o puro ‘já-dito’ do intradiscurso.”. Apesar de considerar que “as palavras ‘mudam de sentido’ ao passar de uma formação discursiva a outra” (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, [1971] 2007, p. 26), as SDs aqui analisadas, apesar de ocorrerem em momentos distintos, não possuem o sentido alterado, pois filiam-se na mesma formação discursiva.

Em pronunciamento à imprensa no dia 05 de maio de 2021, o presidente Jair Bolsonaro fez diversas declarações a respeito da pandemia de covid-19, com destaque para o momento em que é discutido um provável Decreto, que vá de encontro às decisões estaduais/municipais e à decisão do STF sobre as medidas de enfrentamento ao novo coronavírus, comentando em seguida o que aqui formulamos na primeira SD:

SD1: “Peço a Deus que não tenha que baixar este decreto, mas se baixar, ele será cumprido. *Com todas as forças* que todos os meus ministros têm – e não será contestado este decreto, *não ousem contestar, quem quer que seja.*” (Bolsonaro, 2021, grifos nossos).

Nesse momento, é preciso explicar o intencional uso das aspas nas SDs aqui analisadas. Segundo Amaral (2002, p. 159, grifos nossos): “as aspas, como um dos recursos de representação do *lugar do sujeito no discurso*, indicam que o texto não é um depósito de palavras que bastariam ser segmentadas, articuladas em uma ordem bem elaborada sintaticamente, para dele se fazer alguma interpretação.”. Eis então a importância da contextualização anterior à SD1, pois somente é possível interpretar as

aspas dentro de um determinado contexto, advindo de determinadas condições de produção do discurso. (AMARAL, 2002).

Considerando o início da SD₁, a expressão “Peço a Deus” constitui um elemento de saber que demonstra uma filiação do presidente Jair Bolsonaro ao discurso religioso. De modo específico, recuperamos daí a sua aproximação com determinados grupos desse segmento, especialmente os mais conservadores, sendo os evangélicos neopentecostais o principal deles. Como, nas palavras de Pêcheux (2014), o discurso está entre a língua e a história, sendo atravessado pela ideologia, no que toca esta análise, as condições de produção compreendem a aproximação do referido presidente a um segmento evangélico importante, o que é materializado na língua (“Peço a Deus”) por efeito da ideologia dominante.

Tal expressão precisa também ser compreendida de acordo com a formação discursiva, na qual se inscreve, uma vez que, para Pêcheux (2014, p. 147), “as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas.”. Nessa perspectiva, tal expressão formulada em primeira pessoa do singular é antes decorrente de uma formulação do sujeito do discurso que aí se materializa, não tendo origem em um sujeito empírico, mas no discurso ao qual ele pertence. Desse modo, não há respostas ao pedido, uma vez que o que “funciona na religião é a onipotência do silêncio divino.” (ORLANDI, 2007, p. 28). Sem respostas, fala-se só, age-se só, e, pelo viés religioso, aproxima-se do discurso autoritário, no qual fala somente uma voz.

Por sua vez, o imperativo “não ousem contestar” nos remete à censura, uma vez que não há que se falar em contra-argumento ou qualquer tipo de contestação, existindo uma implícita ameaça (“não ousem”) para todos aqueles (“quem quer que seja”) que pensam em “contestar” o presidente da República. É importante ter em conta que, na Análise do Discurso (AD), a censura é compreendida como “um fato produzido na história” (ORLANDI, 2007, p. 13). Neste espectro de uma ameaça não explícita, Orlandi (2002, p. 106) afirma que “o implícito é o não-dito que se define em relação ao dizer.”. Como analistas, precisamos expor o processo de constituição e formulação do dizer, pois

“para que a língua faça sentido, é preciso que a história intervenha, pelo equívoco, pela opacidade, pela espessura material do significante” (ORLANDI, 2020, p. 45).

Analisando as condições de produção do discurso e o processo sócio-histórico do momento da SD₁, é possível associar a expressão “quem quer que seja” ao STF, única instituição que, até aquele momento, foi capaz de fazer valer – no campo legal – uma contestação às normas editadas pelo Poder Executivo Federal. Cabe ressaltar, no entanto, que uma mera suposição de afronta à decisão da suprema corte do país é algo que coloca em risco o Estado Democrático de *Direito* de uma República Federativa; há um silenciamento da autoridade do outro. Complementando este gesto de análise, destaca-se o trecho “com todas as forças”, sendo possível questionar, uma vez que tais forças não foram elencadas, funcionando aí o implícito: quais forças são estas? “Todas” quais? Indo mais além, a democracia estaria então correndo risco?

Considerando o discurso como uma materialidade específica da ideologia e a língua como materialidade específica do discurso (PÊCHEUX, 2014), entendemos que não se trata tão somente de uma simples fala do sujeito empírico Jair Bolsonaro, mas da materialidade do discurso com o qual se filia. No imediato do dizer, estaríamos tratando de discurso político, no embate entre governo federal e governos estaduais e municipais, tendo aí o STF representando o discurso jurídico, ponto nevrálgico da tensão. Todavia, uma vez mobilizados os dispositivos teóricos anteriormente apresentados, chegamos pelo interdiscurso ao funcionamento de um discurso autoritário, que se materializa em dizeres impositivos e de censura, conforme o próprio dessa FD.

Lembramos que, em entrevista à Raquel Barreto, Orlandi afirmou que “um discurso autoritário o é pelo seu funcionamento. Pouco importam as intenções de seu locutor. Portanto não é uma questão moral. É uma questão *lingüístico-histórica, ideológica*. E não há sujeito sem ideologia.” (ORLANDI, 2006, p. 2, grifos nossos). É, portanto, com base nesta noção que avançamos em nossa exposição, para demonstrar o funcionamento do referido discurso nos dizeres analisados a seguir.

“Cala a boca!”: o silenciamento e suas inversões

No dia 21 de junho de 2021, em conversa com a imprensa, o presidente Jair Bolsonaro demonstrou irritação com uma das perguntas e alegou que estava sendo interrompido:

SD2: “Deixa eu falar, deixa, deixa, deixa eu falar. Eu sou um alvo de canalhas do Brasil. Dá para *calar a boca aí atrás*, por favor?” (Bolsonaro, 2021, grifos nossos).

A formulação da SD2 se deu a partir de um vídeo amplamente divulgado pela imprensa nacional, no qual o presidente se irrita com as perguntas de jornalistas. No momento em que enuncia “Dá para calar a boca aí atrás, por favor?”, Jair Bolsonaro olha para trás e dirige-se às pessoas que o acompanhavam. O que interessa observar é o efeito produzido nas manchetes do noticiário em que o presidente é acusado de mandar uma jornalista se calar em 2020. Estaria, portanto, em funcionamento uma memória de um gesto autoritário, contraditoriamente acompanhado da insistência para que o outro o deixe falar (“Deixa eu falar, deixa, deixa, deixa eu falar”) e da aparente gentileza da expressão “por favor”.

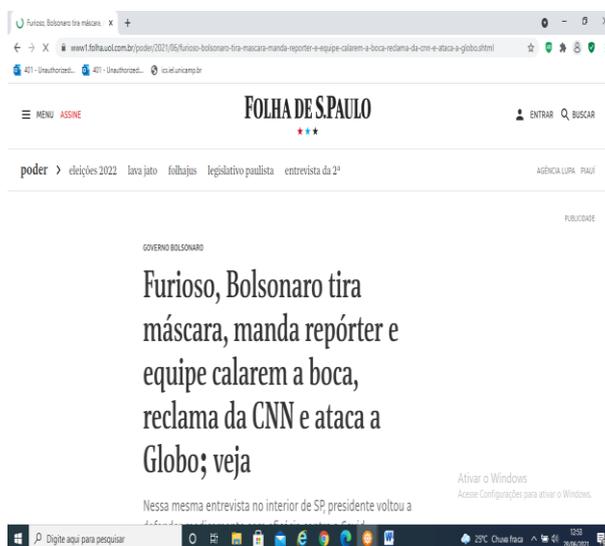
Tem-se daí a formulação de sentidos do discurso autoritário, circulando de forma ampla em toda a mídia, e reproduzindo dizeres que contribuem ainda mais para a perpetuação de uma imagem presidencial alinhada ao autoritarismo imbricado nos seus pronunciamentos. Nesse sentido, importa considerar o meio digital da imprensa a partir do conceito de memória metálica, “produzida pela mídia, pelas novas tecnologias de linguagem. A memória da máquina, da circulação, que não se produz pela historicidade, mas por um construto técnico (televisão, computador etc.)” (ORLANDI, 2006, p. 5). Como forma de exemplificar a circulação de sentidos do discurso autoritário na mídia, trazemos duas manchetes datadas de anos distintos:

Figura 1: Manchete datada de 5 maio 2020



Fonte: Folha de S. Paulo⁷

Figura 2: Manchete datada de 21 jun. 2021



Fonte: Folha de S. Paulo⁸

⁷ Bolsonaro manda repórteres calarem a boca, ataca a Folha e nega interferência na PF. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/bolsonaro-manda-reporteres-calarem-a-boca-ataca-a-folha-e-nega-interferencia-na-pf.shtml>. Acesso em: 28 jun. 2021.

⁸ Furioso, Bolsonaro tira máscara, manda repórter e equipe calarem a boca, reclama da CNN e ataca a Globo; veja. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/furioso-bolsonaro-tira-mascara-manda-reporter-e-equipe-calarem-a-boca-reclama-da-cnn-e-ataca-a-globo.shtml>. Acesso em: 28 jun. 2021.

A partir daí, avançamos para demonstrar como o viés autoritário recai sobre a esfera privada de um indivíduo que assume posição na contramão das normas sanitárias recomendadas, fazendo funcionar um sentido de estar acima da lei, ou melhor, fora da lei. É esse jogo discursivo, que relativiza a relação mocinho-bandido, que damos a ver na próxima SD:

SD₃: “Eu chego como eu quiser, onde eu quiser, tá certo, eu cuido da minha vida, se você não quiser usar máscara, você não usa.” (Bolsonaro, 2021).

Contrariando as orientações⁹ dos especialistas em saúde pública, o presidente tem se posicionado abertamente contra o uso da máscara¹⁰, colocando a individualidade acima da coletividade, algo extremamente grave em uma situação de pandemia. Muitos pensadores já trataram sobre o tema individualidade-coletividade, sendo para nós mais apropriado o conceito de Marx (2010), que considera o ser humano como um ser da natureza social, explicando que, por mais que pareçam ser conceitos distintos, não há que se falar em individualidade do homem:

O indivíduo é o ser social. Sua manifestação de vida – mesmo que ela não apareça na forma imediata de uma manifestação comunitária de vida, realizada simultaneamente com outros – é por isso, uma externalização e confirmação da vida social. A vida individual e a vida genérica do homem não são diversas [...]. (MARX, 2010, p. 107).

Interessa observar o funcionamento do discurso autoritário, no qual a vontade individual se sobrepõe ao interesse coletivo, colocando a coletividade em uma categoria secundária. Após o trecho recortado para a formulação da SD₃, a jornalista Laurene Santos tenta argumentar posicionamento contrário, mas é interrompida pelo presidente, momento que consideramos fundamental trazer para à análise na próxima SD:

⁹ *When and how to use masks*. Disponível em: [who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public/when-and-how-to-use-masks](https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public/when-and-how-to-use-masks). Acesso em: 23 jun. 2021.

¹⁰ Em dia de recorde de mortes, Bolsonaro questiona o uso de máscaras. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/em-dia-de-recorde-de-mortes-bolsonaro-questiona-o-uso-de-mascaras/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

SD4: “*Cala a boca! Vocês são canalhas. Vocês não fazem jornalismo, um jornalismo canalha vocês fazem. Canalha, que não ajudam em nada, vocês não ajudam em nada [...].*” (Bolsonaro, 2021, grifos nossos).

No recorte analisado na SD2, vimos que Jair Bolsonaro se diz “alvo de canalhas do Brasil”, sem apontar pessoas ou instituições, pondo em funcionamento a produção de sentido pelo implícito no *seu* dizer. No entanto, a SD4 aponta explicitamente um determinado jornalismo como “canalha”, e personifica então os jornalistas como canalhas (“vocês são canalhas”), ocasião em que aponta o que seria um motivo (mas não único)¹¹ para tal afirmação: “não ajudam em nada”. É por esta via que a posição-sujeito autoritária reivindica a condição de não ser ajudado por aqueles que o questionam, tornando-o alvo de críticas e perseguição. Desse modo, inverte-se o jogo, e quem subverte a lei assume posição de “mocinho” e seus opositores passam a ser, então, nomeados como “canalhas”. A estratégia, portanto, é fazer calar a voz que o questiona e incomoda, numa tentativa de apagar esse outro (“canalha”) no discurso.

O Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis classifica o termo canalha como algo pejorativo: “gente vil, desprezível, ordinária” (MICHAELIS, 2021). Curioso o termo desprezível, uma vez que tem ganhado força e espaço o discurso de que a imprensa não é necessária, seria algo merecedor de desprezo. Segundo a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT, 2019), no documento Violações à Liberdade de Expressão – Relatório Anual 2020, naquele ano, houve um aumento de 167,85% em casos não letais e de 142,3% no número de vítimas contra jornalistas em relação ao ano de 2019. O desprezo e os ataques à imprensa estão em uma escalada, e possuem um caminho até o presidente Jair Bolsonaro; uma vez que, ainda segundo o Relatório da Abert, mais da metade dos ataques à imprensa em 2020 foram atribuídos a Bolsonaro.

¹¹ Na continuação: “Vocês destroem a família brasileira, destroem a religião brasileira, vocês não prestam, a rede Globo não presta, é uma péssima fonte (órgão? Não consegui compreender) de informação. Se você não assiste à Globo você não tem informação, se assiste, está desinformado. Você tinha que ter vergonha na cara se prestar para este serviço porco que é isso que você faz na rede Globo.” Os limites e objetivo deste artigo nos impedem de recuperar esses elementos na análise, embora seja impossível não considerar o seu funcionamento.

É possível notar a censura (“não ousem contestar, quem quer que seja” e “cala a boca!”) em funcionamento no discurso autoritário, o que constitui risco à democracia. Um retorno ao processo histórico brasileiro possibilita recuperar a entrevista coletiva do então general Newton Cruz¹² do dia 17 de dezembro de 1983, quando, questionado pelo radialista Honório Dantas (Rádio Planalto) sobre o retrocesso na democracia, demonstrou extrema irritabilidade, pronunciando em determinado momento: “deixa eu falar!” e, logo em seguida, “então cala a boca!”. A entrevista ocorreu em 1983, momento em que o Brasil ainda vivia sob a ditadura militar, tendo na época o militar João Baptista de Oliveira Figueiredo como presidente.

Elementos linguísticos encontrados na SD₂ (“Deixa eu falar”) e SD₄ (“Cala a boca!”) são exatamente os mesmos encontrados nas falas do então general Newton Cruz, inclusive, considerando que ambas as declarações ocorreram em entrevista coletiva à imprensa e com ambos os presidentes pertencendo ao Exército Brasileiro, num hiato temporal de 1983 e 2021, mas que agora aponta para uma assustadora aproximação à memória discursiva da ditadura militar.

Assim, é importante trazer ao debate o ensinamento de Orlandi sobre as forças que atuam no discurso autoritário, em que se busca impor um único sentido. Para a autora, esta relação:

[...] tende para a paráfrase (o mesmo) e em que se procura conter a reversibilidade (há um agente único: a reversibilidade tende a zero), em que a polissemia é contida (procura-se impor um só sentido) e em que o objeto de discurso (seu referente) fica dominado pelo próprio dizer (o objeto praticamente desaparece). (ORLANDI, 2008, p. 24-25).

Na perspectiva da AD, a censura produz um silenciamento que leva à produção de sentidos silenciados (ORLANDI, 2007), pois, ao silenciar, os sujeitos são impedidos de elaborar os seus sentidos na história (ORLANDI, 2007). Desse modo, a ordem de “calar a boca”, ao invés de apenas retirar da jornalista que o indagava a possibilidade de dizer, acaba produzindo outros sentidos. É interessante notar também a diferença de

¹² Foi chefe da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI) e do Comando Militar do então presidente João Baptista Figueiredo, último presidente da ditadura militar.

tratamento dado à imprensa e às pessoas que acompanhavam e formavam a comitiva presidencial, mesmo que ambos os tratamentos estivessem inscritos no campo do discurso autoritário.

Na SD₂, em tom irritado, o presidente pergunta: “dá para calar a boca aí atrás, por favor?”, usando-se de uma locução adverbial que conota gentileza (“por favor”), demonstrando que, mesmo quando se é autoritário com a própria comitiva, o é através de uma aparente cortesia. No entanto, na SD₄, dirigindo-se diretamente à jornalista, o tom é outro: “Cala a boca!”, demonstrando para além da irritabilidade o aumento do tom de voz, o que marcamos na transcrição pelo ponto de exclamação.

Ousando se revoltar: contesta-se e não se cala

Mobilizar os dispositivos teórico-analíticos da AD tratando-se do campo político brasileiro atual, por si só, já constitui um gesto de resistência, tendo em conta a atualidade das palavras de Pêcheux (2014, p. 281), pois é preciso “ousar pensar por si mesmo.”. Nesta análise, demos a ver como os pronunciamentos do presidente Jair Bolsonaro, uma vez tornados ponto de partida para a formulação de sequências discursivas, apontam para além da crítica, implícita ou não, à imprensa.

Trata-se, conforme demonstramos, de formulações inscritas a partir da formação ideológica dominante, o que contribui não apenas para a constituição de sentidos alinhados a determinado segmento político-religioso, como também, através da circulação dos veículos de comunicação, consegue fortalecer nos seguidores a formação discursiva autoritária, num retorno pela memória à censura do regime ditatorial. Frisa-se que a ideia de seguidores aqui adotada é a mesma de Indursky (2020, p. 365), ao definir que estes são “visíveis e ruidosos” e “dedicam seu apoio e amor incondicionais ao seu ídolo. Atendem a suas convocações, espelham-se em sua práxis violenta.”.

Face à conjuntura atual, com a predominância do discurso do “não ousem contestar” e “cala a boca!”, retornamos à epígrafe: “não há dominação sem resistência:

primado prático da luta de classes, que significa que é preciso ‘ousar se revoltar’” (PÊCHEUX, 2014, p. 281), pois é ousando se revoltar que se contesta e não se cala.

Referências

- ABERT. Violações à Liberdade de Expressão: Relatório anual 2020. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.abert.org.br/pdf/ABERTRELATORIOANUAL2020.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2021.
- AMARAL, M. V. B. Abram aspas! O outro quer falar. In: ZOZZOLI, R. M. D. (org) *Ler e produzir: discurso, texto e formação do sujeito leitor/autor*. Maceió: Edufal, 2002, p. 149 – 165.
- BOLSONARO, J. Presidente Jair Bolsonaro ameaçou editar decreto contra medidas de restrição em estados e municípios. Youtube, 05 mai. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UFEmBQ_f7NU>. Acesso em: 21 jun. 2021.
- BOLSONARO, J. Bolsonaro manda jornalista calar a boca e tira máscara após pergunta sobre a proteção. Youtube, 21 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qceQpB6onBA>>. Acesso em: 23 jun. 2021.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<https://www.senado.leg.br/atividade/const/constituicao-federal.asp>>. Acesso em: 29 jun. 2021.
- DICIONÁRIO Brasileiro da Língua Portuguesa. *Michaelis*. São Paulo: Melhoramentos, 2021. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/canalha/>>. Acesso em: 23 jun. 2021.
- ELEIÇÕES 2018: Justiça Eleitoral conclui totalização dos votos do segundo turno. TSE, 2018. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Octubre/eleicoes-2018-justica-eleitoral-conclui-totalizacao-dos-votos-do-segundo-turno>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

- HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. *A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso*. In: BARONAS, Roberto Leiser (org). *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, p. 9-31, 2007 [1971].
- INDURSKY, F. O teatro do grotesco como cenário da desconstrução do Brasil. *Revista da ABRALIN*, v. 19, n. 3, p. 365-388, 17 dez. 2020.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. [1847]. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- NORONHA, Raquel. *Discurso neoliberal e gênero: uma análise do discurso empresarial*. 2020. 1 recurso online (159 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP.
- ORLANDI, E. P. *Língua e conhecimento linguístico*. São Paulo: Cortez, 2002.
- ORLANDI, E.P. *Análise de discurso: conversa com Eni Orlandi [Entrevista cedida à Raquel Goulart Barreto]*. *Revista Teias*, Rio de Janeiro: Uerj, ano 7, nº13-14, p. 1-7, jan./dez. 2006. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24623>>. Acesso em: 23 jun. 2021.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 13. ed. Campinas/SP: Pontes, 2020.
- PÊCHEUX, M. *Análise Automática do Discurso* (1969). In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.) *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas/SP: Unicamp, 1990.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Puccinelli Orlandi et al. 5. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2014.
- SCHWARCZ, Lilia. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Recebido em 19/07/2021.

Aprovado em 20/09/2021.